



---

## RESOLUÇÃO

---

# **Dignificar os trabalhadores, melhorar salários e pensões, revalorizar carreiras**

A ofensiva imposta nos últimos anos contra o Poder Local, os serviços públicos e os direitos dos trabalhadores, agravada com especial virulência pelo anterior governo PSD/CDS, deixou um enorme rasto de destruição.

Nos últimos cinco anos, a Administração Local perdeu mais de 14 mil postos de trabalho, afectando seriamente a qualidade da prestação de serviços essenciais às populações e prejudicando as economias locais.

Ao mesmo tempo que impôs a redução de trabalhadores e proibiu as admissões, o anterior governo PSD/CDS, fomentou a precariedade e enviou milhares de desempregados para as autarquias, através dos chamados contratos de emprego-inserção (CEI e CEI+), estimando-se em 40 mil o número de trabalhadores ao serviço nas autarquias sujeitos a esta situação completamente inaceitável.

O poder de compra caiu 20%. As carreiras, congeladas, desde 2005, e a sua posterior destruição em 2008, conduziram à desmotivação dos trabalhadores, ao aumento da flexibilidade e da polivalência funcional e à deterioração dos serviços públicos.

O sector público empresarial, assim como o universo empresarial local, e os trabalhadores, foram alvo de fortes cortes e restrições, visando a criação de condições para o passo seguinte, a privatização, objectivo concretizado no sector dos resíduos, com a venda da EGF ao grupo SUMA/Mota-Engil, e o mesmo aconteceria ao sector da água, caso as políticas de PSD e CDS tivessem continuado.

A derrota de PSD e CDS, resultado da luta dos trabalhadores, e a entrada em funções do Governo do PS, viabilizado pela nova relação de forças políticas na Assembleia da República, travou o rumo de empobrecimento e exploração e abriu caminho à reposição de direitos e rendimentos concretizado no OE de 2016.

Apesar dos avanços conseguidos, o OE de 2016 revelou-se muito insuficiente para responder aos problemas do País e às justas expectativas e necessidades prementes dos trabalhadores, em particular, dos trabalhadores da Administração Local, que auferindo na sua esmagadora maioria, cerca de 76%, salários muito inferiores aos 1500 euros, não beneficiaram de qualquer reposição salarial.

Por tudo isto, os trabalhadores sempre afirmaram que o OE para 2017, cuja votação final global terá lugar no próximo dia 29, teria necessária e obrigatoriamente de dar lugar a soluções concretas e positivas aos problemas mais sentidos. Porém, o que se constata é que embora prosseguindo o caminho de reposição de direitos e contendo medidas que devem ser valorizadas (actualização, embora insuficiente, das pensões, reforço da protecção social a crianças até aos 36 meses, descongelamento do IAS (indexante de apoios sociais), novo aumento do SMN, gratuidade dos manuais escolares a todos os alunos do 1º ciclo na Escola Pública, reforço das transferências financeiras para as autarquias em cerca de 75 milhões de euros, mantendo-se no entanto o incumprimento da Lei de finanças locais, combate à precariedade, sendo contudo incompreensível o protelamento do início deste processo para um mês após as eleições autárquicas), mantém-se o congelamento dos salários e das carreiras, sendo claramente insuficiente o aumento de 50 cêntimos no subsídio de refeição, penalizando uma vez mais os trabalhadores da Administração Pública.

O argumento é que não há dinheiro, que não há margem, mas a verdade é que há. Só o saldo primário (sem juros) estimado para 2017, é 5 mil milhões de euros (3 mil milhões em 2016). O problema é que este dinheiro não cobre sequer os juros da dívida - 8,5 mil milhões de euros, valor que é superior às despesas com a saúde e a educação; a este saque, juntam-se mais 1.600 milhões em encargos com as parcerias público-privadas e quase 800 em aquisição de serviços ao exterior, desaproveitando os meios existentes na própria administração pública.

Perante isto, a conclusão que se retira é que o Governo opta por continuar a pagar juros agiotas e ruinosas PPPs, em vez de romper com este sufoco libertando recursos para desenvolver o País e valorizar os trabalhadores e os serviços públicos.

Os trabalhadores não aceitam continuar a ser reféns da ditadura do défice e de uma dívida insustentável. Foi por isso justa e oportuna a manifestação nacional de trabalhadores da Administração Pública, levada a cabo no passado dia 18, que contou com a participação de milhares de trabalhadores das autarquias que saudamos vivamente, acção constituiu um sério aviso ao Governo e a demonstração evidente de que os trabalhadores não aceitam a continuação de uma política de desvalorização dos seus direitos e das suas condições de vida e estão disponíveis para prosseguir a luta que terá certamente de continuar e intensificar-se.

**Assim, a Direcção Nacional do STAL salienta e reafirma o compromisso de reforçar a luta e o desenvolvimento da acção reivindicativa, prioritariamente, em torno dos seguintes objetivos:**

### **Valorização dos salários, recuperação do poder de compra**

- Aumento real dos salários e das pensões em 4%, com um mínimo de €50,00, por forma a iniciar a recuperação das perdas salariais ocorridas nos últimos anos, fruto do congelamento dos salários desde 2009 e das carreiras desde 2005;
- Actualização do salário mínimo da Administração Pública para €600,00;
- Actualização do subsídio de refeição para €6,50;
- Reposição dos valores do trabalho extraordinário e outras prestações remuneratórias;
- Redução do desconto para a ADSE para 1,5%.

### **Valorização e recuperação das carreiras e conteúdos profissionais**

- Descongelamento das posições remuneratórias;
- Revogação da LTFP e do SIADAP;
- Identificação e regulamentação das carreiras de desgaste rápido, carreiras especiais e subsistentes;
- Aposentação aos 36 anos de serviço, independentemente da idade.

### **Combate à precariedade**

- Revogação do regime dos contratos Emprego/Inserção (CEI);
- Alteração do regime de contratação a termo, de forma a restringir a sua aplicação e a permitir a sua transformação em contratos sem termo;
- Abertura de procedimentos concursais, conforme propostas há muito apresentadas pelo STAL, para a admissão com contrato sem termo de trabalhadores em situação de precariedade e cujas funções correspondam a necessidades permanentes dos serviços;
- Ingresso na respectiva carreira dos jovens estagiários, com contrato celebrado para o efeito.

### **Regulamentação de suplementos**

- Regulamentação imediata das compensações por trabalho prestado em condições de insalubridade, penosidade e risco, direito dos trabalhadores e instrumento de melhoria das condições de segurança e saúde no trabalho;
- Regulamentação de outros subsídios, como é o caso do subsídio de piquete e de isenção de horário de trabalho e disponibilidade.

**Neste sentido, o STAL decide levar a efeito durante o ano de 2017, um conjunto de acções tendentes a envolver e a mobilizar os trabalhadores na luta por estes objectivos, designadamente:**

- A realização de um **Encontro Nacional pela Valorização das Carreiras** dos trabalhadores da Administração Local;
- A realização de um **Encontro Nacional de Bombeiros** profissionais das AHBV;
- A intensificação do combate **contra a Precariedade**, exigindo a imediata regularização de todas as situações;
- A concretização de iniciativas descentralizadas e de âmbito nacional, destinadas a promover a melhoria das condições de trabalho, com destaque para a **saúde no trabalho, a identificação e regulamentação de profissões de desgaste rápido e a regulamentação de suplementos**;
- A promoção de um **Encontro Nacional de Organização e Quadro Sindicais**.

A Direcção Nacional do STAL

Lisboa, 25 Novembro de 2016